

A CRISE ORGÂNICA DO CAPITAL, A NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL E O BRASIL:

(ou 'A Independência da Independência')

Setembro, 2022 – Bicentenário da "Independência" do Brasil

Aluisio Pampolha Bevilacqua

Doutor e Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com pós-doutorado pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ). Cientista político, presidente do Conselho Científico do Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais (CEPPES) e líder do grupo de pesquisa do CNPq Educação, Trabalho, Economia Global e Sustentabilidade (ETEGS). Contato: bvilla@inverta.com.br

Resumo

O artigo, com base em pesquisa bibliográfica, procura situar as principais tendências da conjuntura mundial e do Brasil à luz dos conceitos de Crise Orgânica do Capital e geopolítica; merecendo atenção especial o conflito na Ucrânia, a formação de uma nova ordem multipolar e o processo eleitoral brasileiro de 2022.

Palavras-chave: Crise Orgânica do Capital; geopolítica; ordem multipolar; processo eleitoral no Brasil

Abstract

The article, based on bibliographical research, seeks to situate the main trends of the world situation and of Brazil in the light of the concepts of Organic Crisis of Capital and geopolitics; deserving special attention the conflict in Ukraine, the formation of a new multipolar order and the Brazilian electoral process of 2022.

Keywords: Organic Capital Crisis; geopolitics; multipolar order; electoral process in Brazil

Resumen

El artículo, basado en una investigación bibliográfica, busca situar las principales tendencias de la coyuntura mundial y de Brasil a la luz de los conceptos de Crisis Orgánica del Capital y geopolítica; merecen especial atención el conflicto en Ucrania, la formación de un nuevo orden multipolar y el proceso electoral brasileño de 2022.

Palabras llave: Crisis del Capital Orgánico; geopolítica; orden multipolar; Anarquía de los Monopolios; proceso electoral en Brasil

1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de ruptura da ordem unipolar e da hegemonia dos EUA com a emergência de uma nova ordem multipolar sob hegemonia dos BRICS, que transparece na guerra indireta da OTAN contra a Rússia por intermédio da Ucrânia. Visa também compreender as relações de interdeterminação entre este acontecimento, a Crise Orgânica do Capital e a nova geopolítica mundial. Além disto, analisa a posição do Brasil dentro da nova geopolítica como protagonista ausente na luta pela hegemonia mundial. Neste sentido, o trabalho apoia-se metodologicamente na dialética materialista e histórica de Marx, auxiliada pela estatística e análise comparativa dos materiais documentais e bibliográficos selecionados atinentes à temática. Ele se dividirá em cinco partes: **1. Introdução**, que situa os objetivos, método de investigação e exposição; **2. Crise Orgânica do Capital e a Nova Geopolítica Internacional**, que aborda o acontecimento atual entre Ucrânia, Rússia e OTAN, as relações com a Crise Orgânica do Capital e a nova geopolítica mundial; **3. O Brasil e a Nova Geopolítica Mundial** analisa o papel do Brasil como protagonista dos BRICS ausente nesta conjuntura de luta pela hegemonia mundial, sua importância diante da geopolítica de recursos e o conflito mundial; **4. Conclusão: o Processo Eleitoral no Brasil**, que analisa a importância da tomada de decisão pelo povo brasileiro nas eleições de 2022 para superar a crise interna e contribuir com a luta dos BRICS no plano mundial; e finalmente **5. Referências Bibliográficas**.

2. Crise Orgânica do Capital e a Nova Geopolítica Internacional

O atual cenário internacional, de ruptura da hegemonia e ordenamento unipolar nos planos econômico, político e militar globais, representa um momento histórico decisivo. A polarização do processo político nacional, entre o que se denominou democracia no país e profascismo, expressa de forma invertida e singular as tendências que se desdobram da luta de classes mundial, elevadas a um grau de extrema tensão pela Operação Especial desencadeada preventivamente pela Rússia na Ucrânia e a transformação deste conflito em guerra pela OTAN e aliados contra a Rússia, ameaçando envolver o conjunto dos BRICS. Para melhor compreensão deste quadro, é necessário considerar, além da determinação da geografia física e humana, cinco instrumentos ou elementos fundamentais da análise geopolítica internacional (ALMEIDA MELLO, 1999): o primeiro trata-se da economia; o segundo, a luta ideológica, em que os monopólios da comunicação atuam com grande vigor; o terceiro, a tecnologia militar; o quarto, as alianças internacionais; e o quinto instrumento é o processo político-eleitoral.

Ao considerarmos o plano econômico como fator mais determinante neste processo, a Crise Orgânica do Capital (BEVILAQUA, 2017) apresenta-se como *leitmotiv* que explica as fraturas econômica, de hegemonia política e da ordem unipolar até então vigentes, bem como as estratégias geopolíticas que se conflagram, transitando as relações internacionais da diplomacia à guerra, de alianças econômico-políticas a alianças político-militares. Isto explica, por um lado, porque a OTAN converteu a

Ucrânia em uma cabeça de ponte na sua guerra contra a Rússia e os BRICS, e sua corrida para cooptar países tradicionalmente considerados neutros durante o sistema bipolar da Guerra Fria – como Suécia e Finlândia – além dos membros do antigo Pacto de Varsóvia; por outro lado, explica por que a Rússia busca no Oriente Médio, Ásia, África e América Latina aliados militares além dos países que conformam os BRICS. O conflito, desta forma, projeta-se como uma luta pela hegemonia mundial entre dois blocos e polos antinômicos: de um lado, o G7 (EUA e UE); do outro, os BRICS (Rússia, Índia e China).

A história contínua de sangue, saque e opressão do capital, que continua nas atuais estratégias geopolíticas dos Estados Unidos e Europa, condensadas em termos militares nesta nova ofensiva da OTAN (KENNEDY, 1989), nada tem em comum com a fantasia neoliberal ideológica criada sobre as ideias reeditadas de liberdade de mercado, propriedade privada e pluralismo de ideias e gêneros com que mascararam o processo de globalização da ditadura mundial das oligarquias burguesas e seus supermonopólios, a exemplo das empresas de alta tecnologia – Google, Microsoft, Amazon, Meta, SpaceX, etc. – e dos cartéis e sindicatos monopolistas tradicionais – as sete irmãs do petróleo, o agronegócio, o setor automobilístico, mineração, construção civil, etc. Do mesmo modo, as ideias do socialismo e comunismo apresentadas através de conceitos como autoritarismo, totalitarismo ou machismo nem sequer arranham a realidade das proposições geoestratégicas da China ou o sistema político da Rússia, da Índia ou da África do Sul; na verdade, são estratégias muito próximas ao que Arrighi definiu em sua obra *Adam Smith em Pequim* (2018) como uma missão civilizatória. A narrativa delirante criada pelo pós-modernismo e sustentada pelos aparelhos ideológicos do *Ancien Régime* se desmonta com a leitura econômica e política do próprio sistema naquele seu momento civilizatório.

Com a ordem unipolar e a hegemonia dos EUA desconfigurada pela Crise Orgânica do Capital, como explica Bevilaqua, e com a mesma, o crescimento em importância econômica e tecnológica dos BRICS – particularmente Rússia, Índia e China –, apresenta-se uma nova hegemonia multipolar como tendência quase inexorável, o que feriu de morte o projeto da União Europeia (UE) se manter como segunda força dentro da economia global. Economicamente, os BRICS deixaram o G7 para trás [Fig.1] (FMI, 2022) e, do ponto de vista militar, todo desenvolvimento tecnológico e aeroespacial da ex-União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) herdado e desenvolvido pela Rússia, ao aliar-se à China, à Índia e à República Popular Democrática da Coreia (RPDC), constitui-se em uma força tecnológica e bélica com paridade de armas à OTAN e, quiçá em condições superiores, como demonstram os dados do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (SIPRI, 2022a) acerca do arsenal das potências nucleares [Fig.2], mas também notável nos dados sobre tecnologia de mísseis ultrassônicos, no sistema antimíssil russo S-400 de maior precisão que o *Patriot* estadunidense, o domínio tecnológico da Rússia sobre a Estação Espacial Internacional, e os programas espaciais deste país, da Índia e da China.

Neste aspecto, evidencia-se uma luta real no cenário mundial cujo desfecho traz ao primeiro plano a sustentação econômica e logística desta e sua tendência à expansão

mundial. Em termos da sustentação econômica, a queda de braços dos EUA-UE contra a Rússia por meio de sanções, se bem que fragilizaram esta última, foram insuficientes para levá-la ao nocaute econômico. O pacote de sanções financeiras e o embargo em torno do petróleo e gás não se sustentaram e colocam dia-a-dia todos os países da Europa dependentes de petróleo e gás russos de joelhos frente às exigências comerciais deste país, fazendo com que sua economia permaneça inabalável e sua capacidade de sustentação de um conflito prolongado inteiramente viável. Por outro lado, a capacidade de abastecimento alimentar de sua população e forças é extremamente eficiente, a ponto das regiões libertadas do Donbass serem totalmente sustentadas e reorganizadas economicamente. Ao contrário do que previu Brzezinski (1997, p.48), que a Rússia seria insustentável sem a agricultura ucraniana, o atual conflito demonstrou o contrário; a incorporação de Lugansk, Donetsk e Mariupol – sua produção mineradora, agrícola e industrial –, unidas à Crimeia, estabeleceu o domínio naval do Mar Negro [Fig.3] que, somado ao controle aeroespacial da região, tornou a Ucrânia de Zelensky refém do poder militar e da geopolítica russas, tendo que negociar os termos de permissão para importação e exportação de grãos pela via marítima. A dependência da Europa e até dos EUA da produção de grãos russos e ucranianos também fica submetida a esta geopolítica, restando apenas as rotas terrestres da Romênia, Eslováquia e Polônia para que tal comércio possa se viabilizar; contudo, o conflito bélico nas regiões produtoras da Ucrânia torna suas exportações altamente custosas e dependentes de negociações de cessar-fogo. Outra dedução lógica do domínio aeroespacial que põe em questão o controle imperialista sobre as comunicações é o sistema satelital tanto da Rússia como da China, o domínio sobre o protocolo de transferência de dados 5G e 6G, e o desenvolvimento de redes digitais próprias que superam a dependência à rede de computadores liderada pelo Ocidente, apesar da dificuldade idiomática. Também do ponto de vista da segurança em saúde, a rede de laboratórios bioquímicos e farmacêuticos demonstrou seu alto desenvolvimento tecnológico no controle de endemias ou pandemias virológicas e bacteriológicas, assim como na defesa contra armas químicas.

Um quarto elemento fundamental que já se depreende da correlação de forças em termos de sustentação econômico-financeira, tecnológica, militar e comercial observa-se na própria superação que o pólo em torno da Rússia apresentou em termos de importação e exportação nos setores energético, alimentício, tecnológico e químico, para citar apenas alguns dos mais destacados, abarcando países na Ásia – não só a China, mas também Japão, Coreia do Sul, Índia, Paquistão, Bangladesh –, na África e Oriente Médio – Egito, Angola, Moçambique, África do Sul, Turquia, Arábia Saudita –, bem como a presença nas relações comerciais e políticas que se amplia com a América Latina – Cuba, Venezuela, Nicarágua, México, Bolívia e até mesmo o Brasil. Portanto, a construção de um polo de poder mundial cujo embrião são os BRICS, um mercado de consumo que se estende a uma população superior a 3,5 bilhões de pessoas [Fig.4]. Permeando todo este processo, encontra-se um novo sistema financeiro e de intercâmbio internacional adotado por Moscou e Pequim retomando as reservas físicas de ouro como padrão de conversibilidade de moedas, troca e pagamento paralelo ao dólar [Fig.5]. Todos estes elementos tendem a confirmar esta nova polarização mundial

entre um sistema unipolar hegemônico pelos EUA e um sistema multipolar liderado pelos BRICS, tendo China, Rússia e Índia como liderança plural. Isto sem considerar a proposta chinesa de integração da Eurásia como base de retomada da Rota da Seda; nem o considerável aporte tecnológico da Índia à indústria e aos serviços vinculados à informática, aos setores bioquímico e farmacêutico, e ao comércio mundial.

Outro elemento da análise geopolítica que tende a confirmar o avanço de todo este processo para um conflito mundializado, cujo desdobramento chegaria inexoravelmente à hecatombe nuclear, é a recente ampliação de despesas militares em todo o mundo, em ascensão em números absolutos nos últimos sete anos, alcançando o recorde histórico de 2,13 trilhões de dólares em 2021, apesar da pandemia (SIPRI, 2022b). Observa-se a tendência à alta em países centrais da economia capitalista, como no caso do Reino Unido, Canadá, França, Itália e Estados Unidos, cujo orçamento oficial não aumentou este ano, porém teve um orçamento militar paralelo aprovado em 2022 devido ao conflito na Ucrânia (idem); bem como de países historicamente considerados neutros como Finlândia e Suécia; e mais destacadamente países que desde a Segunda Guerra Mundial não se permitiam retomar uma corrida armamentista e nem reviver o século XX, como os casos emblemáticos da Alemanha e do Japão, cujo aumento em gastos militares em 2021 foi o maior em mais de 30 anos (SIPRI, 2022c). Cabe destacar que dentre os cinco maiores orçamentos militares do mundo [Fig.6], dois são países membros da OTAN – Estados Unidos em primeiro lugar e Reino Unido em quarto – e três dos BRICS – China (2o), Índia (3o) e Rússia (5o) (SIPRI, 2022b). Naturalmente, são arrastados a esta corrida todos os países que desempenham um papel relevante na geopolítica internacional, direta ou indiretamente envolvidos no atual conflito da Ucrânia, além daqueles que enxergam uma possibilidade de aumentar sua importância na arena internacional. Porém, não é apenas o caso da Ucrânia, que se tornou fenômeno midiático em todo o mundo, que deve ocupar nossos pesadelos. Uma indicação mais precisa deste processo, em que o aumento dos conflitos militares vem a ocupar o lugar dos acordos comerciais e diplomáticos, pode-se observar no anuário editado pelo SIPRI em 2022 que aponta o crescimento dos conflitos nas duas primeiras décadas do Século XXI [Fig.7]; todos em decorrência de estratégias geopolíticas impulsionadas pela manifestação da Crise Orgânica do Capital.

Último elemento a ser considerado são as transformações de caráter político que se processaram antes e durante a Operação Especial da Rússia na Ucrânia, conformando a atual inflexão conjuntural. Contudo, para abordar as tendências predominantes neste processo, torna-se necessária uma análise da interconexão causal entre todos os elementos e/ou instrumentos definidos anteriormente que compõem a geopolítica. Nas duas primeiras décadas do atual século XXI, pode-se verificar, assim como ao largo do século XX, o artifício da guerra não somente como instrumento político, racional e nacional como definiu Clausewitz, mas sua importância econômica na solução das crises no sentido explicado por Marx desde sua carta a Engels para o estudo dos exércitos e no *Manifesto Comunista*, ou seja, instrumento de política econômica e de classe. Fenômeno também apreciado por intelectuais como Lênin e Luxemburgo, antecipando a teoria de Keynes de intervenção do Estado na economia que passa a dominar a política econômica

capitalista após a II Guerra Mundial, sendo exemplarmente desenvolvida pelos EUA no que se convencionou chamar Complexo Industrial-Militar (MÉZSÁROS, 2006), ao aperfeiçoar as experiências inglesa e francesa, italiana e alemã respectivamente na I e II Guerras Mundiais. Não somente o capitalismo desenvolveu esta combinação entre a indústria militar e seus eventos de consumo, também os países do então campo socialista foram levados à corrida armamentista e aeroespacial durante a denominada Guerra Fria; ancorados no desenvolvimento tecnológico e militar, foram obrigados a um desvio de percurso a seus objetivos revolucionários, o que pesou profundamente em sua dissolução enquanto bloco na última década do século passado. *Grosso modo*, de uma forma ou de outra, todos os países mais relevantes economicamente passam a considerar o fator militar como instrumento de intervenção do Estado na economia e, com isto, une-se o desenvolvimento deste tipo de tecnologia ao desenvolvimento científico geral da economia global, exigindo a passagem da terceira fase da Revolução Industrial – cibernética, robótica e química fina – a uma Revolução Científico-Técnica, conduzindo a Lei Geral da Acumulação capitalista das crises de superprodução pela produtividade crescente à Crise Orgânica do Capital, cujo êmbolo é a erosão do paradigma de valor decorrente da alta composição de capital fixo na produção, como previu Marx (2009).

O *default* da economia capitalista passou de fenômeno cíclico a um fenômeno permanente que se aprofunda a cada crise do sistema, a cada conflito militar como expressão da luta de classes e a cada superação pela solução tecnológica, desenvolvendo a nova hierarquia geopolítica sobre este paradigma. Como resultado, constata-se, por um lado, a redução do Exército Ativo na produção e na guerra, salários miseráveis e superexploração; por outro, o agigantamento de um Exército Industrial de Reserva. A redundância absoluta desta superpopulação relativa leva à reconfiguração de seu papel na economia pela máxima da política econômica do fascismo ‘a miséria sem disfarces’ (BEVILAQUA, 2011), elaborada por Agamben em seus estudos sobre o fascismo com base em sua tese do Homo Sacer (2010), citada por Hardt e Negri em sua apologia do valor ‘comum’ (2001); ambas formulações embelezam o capitalismo: o primeiro teórico o exime de sua responsabilidade pelo sofrimento humano no horror nazifascista; os últimos exaltam a criação de valor sob condições de superexploração como solução aos problemas do sistema. Oculta-se assim um retorno aos métodos da Acumulação Primitiva sob o impacto das novas tecnologias, com a mediação do sistema financeiro das relações entre produção e consumo. Neste submundo do capital onde a população é obrigada a transformar todo seu tempo de vida em tempo de trabalho necessário à sua mísera subsistência, o processo de acumulação se desenvolve sob as máximas liberais de Hobbes (1983), do homem como lobo do homem, e de Locke (1978), do proprietário livre para escravizar-se; porém sob novos arcabouços ideológicos – subjetivistas, religiosos e empresariais como a igreja da prosperidade, o empreendedorismo, o capital humano, a inclusão da diversidade, o empoderamento individual, etc. Todos conduzem ao individualismo possessivo de Macpherson (1979) e mascaram políticas sociais malthusianas e darwinianas em sua expressão vulgar e naturalista mecânica.

A crise pandêmica de COVID-19 é um fenômeno que interferiu indelevelmente no processo econômico mundial devido à devastação de vidas humanas, que nos países capitalistas como bala perdida atingiu em maior escala as massas trabalhadoras [Fig.8], em especial os pobres, negros e periféricos (WEFORUM, 2022; COLUMBIA, 2022), como se observou no acompanhamento ao número de óbitos que ultrapassou 6,5 milhões (OMS, 2022), destacando-se EUA (1,038,273 de mortes) e Brasil (684,637) como países com maior mortalidade, seguidos da Índia (528,165), Rússia (385,429) e México (329,652) (*idem*). Esta realidade conduziu inexoravelmente aos *lockouts*, ferindo de morte a indústria tradicional e o processo de trabalho presencial, deflagrando o processo de centralização e acelerando o aumento da composição orgânica do capital – seja pela generalização do trabalho remoto, seja pela substituição inaudita da força de trabalho humana por máquinas e equipamentos inteligentes – resultando no crescimento absoluto da massa de miseráveis em todo o mundo, inclusive nas economias mais desenvolvidas: o índice de pobreza nos EUA alcançou 14,7% em junho de 2022 [Fig.9] (COLUMBIA, 2022); a média na UE em 2021 foi 21,9% [Fig.10] (EUROSTAT, 2021); e 86 milhões de pessoas viviam em extrema pobreza na América Latina em janeiro de 2022. (CEPAL, 2022). A crise pandêmica, mais que representar uma inflexão na economia mundial, também expressou a Crise Orgânica do Capital na ciência, tendo em vista a subsunção da mesma ao processo mercantil, o que corrompeu seu objetivo, explicitando o esgotamento na produção de soluções que atendam a humanidade e o próprio capital, como se pode comprovar pela análise comparativa entre seus efeitos nas sociedades capitalistas e nos países socialistas. Nas primeiras, devido às políticas neoliberais, a busca por vacinas capazes de conter a pandemia dependeu de investimentos privados e do retorno lucrativo de sua produção em relação à demanda social, causando uma mortalidade absurda; enquanto que nos países socialistas as medidas sanitárias, os investimentos estatais e privados somaram-se na corrida pela produção de vacinas que passavam a ser exportadas para todo o mundo, em acordos que permitiam a transferência de tecnologia, como o caso da Coronavac-Butantã. No entanto, o que mais se destaca neste processo é a produção de vacinas por Cuba e seu papel na ajuda humanitária ao tratamento da pandemia em todas as partes do mundo.

A crise pandêmica revelou também um gatilho entre a Crise Orgânica do Capital nas ciências e a crise ambiental, reconhecida mundialmente nos trabalhos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, 2022) e na tematização das epidemias e pandemias em encontros acadêmicos, como o Evento 201 realizado pela Universidade John Hopkins e a Fundação Bill e Melinda Gates em outubro de 2019, que simulava uma pandemia global de coronavírus com origem no Brasil e efeitos devastadores para a economia mundial (HUB, 2019). Todo este campo de trabalho e pesquisa se fundamenta na tematização das relações entre o homem e a natureza, estudando a interconexão causal entre as mudanças climáticas e a ação humana decorrente da exploração dos recursos naturais, violando os biomas e ecossistemas, e desencadeando fenômenos geofísicos e biológicos que se voltam contra a sociedade humana, a exemplo de tempestades, desertificações, estiagens, derretimento das geleiras, aumento do nível do mar e até mesmo as ondas virológicas e bacteriológicas

que assolam e aterrorizam a humanidade devido sua aplicação como armas militares nas guerras mundiais. Fidel Castro durante a Eco 92 afirmava que a ameaça maior é a extinção da própria humanidade (CASTRO, 1992), fazendo eco à Marx quando indica que o modo de produção capitalista esgota a fonte de todas as riquezas: a terra. Desta forma, o modo de produção capitalista esgotou todas suas forças produtivas e passou a parasitar a natureza em seu estágio de decomposição, impulsionado pela Crise Orgânica do Capital, acelerada pela pandemia de Covid-19, esterilizando a ciência e transformando-se num modo de produção que ameaça a vida no planeta, em especial a vida humana, exigindo uma revolução social, educacional e científico-técnica que eleve a humanidade a um modo superior de produção e reprodução da vida, dialeticamente em contradição não antagônica com a natureza.

O aprofundamento da Crise Orgânica do Capital embota as taxas de lucro tanto nos centros dirigentes do sistema como em suas áreas de influência e domínio a cada ciclo de incorporação tecnológica na produção, decrescendo a transferência de mais-valia para os centros imperialistas [Fig.11]. Isto se pode comprovar pela estagnação do Japão desde o início da década de 1990 até os dias atuais; ou da Europa, que desde a Crise das Dívidas Públicas em 2012 patina num crescimento praticamente nulo; ou pelos impulsos que a economia estadunidense desenvolve na superação da sucessão de crises até 2014: a queda da Nasdaq e a Guerra no Afeganistão; a queda da economia em 2008, em termos financeiros e da indústria tradicional, e a política de expansão sobre o Leste Europeu e a África com as Revoluções Coloridas; e todas as transformações políticas vividas como superação de suas crises, com a alternância ou manutenção partidária no governo e as respectivas deflagrações de conflito em todo o mundo. As crises cíclicas se apresentam como situações dramáticas, catastróficas, em que as soluções se tornam cada vez mais uma repartição geopolítica do mundo com base nos recursos naturais ao desenvolvimento tecnológico e humano (BRUCKMANN, 2012) – seja por matéria-prima, por mão de obra qualificada a baixos custos, seja por tecnologias e mercados desenvolvidos – tudo aquilo definido por Marx (1977) e complementado por Lenin (1985) sobre os efeitos da centralização como continuidade da acumulação de capital. Nestas condições, os Estados supranacionais, com aspirações hegemônicas globais, seguem a reorganização oligopólica do capital.

Este processo impulsiona as transformações políticas, dando lugar a estratégias globais, regionais e locais em que transparece a fragilidade de objetivos dos governos imperialistas e sua incapacidade de governar a anarquia dos monopólios, expressando a contradição entre as estratégias políticas de governo e uma política de Estado fundada no Complexo Industrial-Militar (KENNEDY, 1989). Neste sentido, a instabilidade das forças políticas nos governos se explica pela tendência à solução militar dos conflitos, impulsionando uma alternância cada vez mais à direita, o ressurgimento do nazismo e fascismo, e uma subversão no ideário programático dos partidos e instituições governamentais, corrompendo os conceitos de democracia, liberalismo e soberania. Nestas circunstâncias, afirma-se cada vez mais como tendência a passagem das relações internacionais da diplomacia à guerra, refletida nas estratégias exasperadas das oligarquias e monopólios do capital. Comprovam esta assertiva o resultado das

eleições cada vez mais à direita na Europa; a sucessão de primeiros-ministros na Itália e no Japão, culminando na morte de Shinzo Abe; o impasse na escolha do chefe de Estado espanhol; o retrocesso conservador na Alemanha; a renúncia de Boris Johnson no Reino Unido; e as tentativas e Golpes de fato levados a cabo no Leste Europeu e na América Latina, dando lugar a lideranças profascistas como Zelensky e Bolsonaro, entre outros.

No contrafluxo da crise geral do sistema mundial, a América Latina – que tenta se desvencilhar das correntes herdadas do passado colonial não extirpadas totalmente com o processo de emancipação – demonstra sua pulsão por um desenvolvimento soberano fundado em relações superiores ao capitalismo dependente, como se pode observar nos movimentos e governos progressistas atuais a exemplo da Revolução Bolivariana na Venezuela (com Chávez e Maduro), o Movimento ao Socialismo na Bolívia (Morales e Arce), a Frente Sandinista na Nicarágua (Ortega), e os governos de Fernandez na Argentina, Lopez Obrador no México, Boric no Chile, Pietro na Colômbia e Castillo no Peru. Um processo que retoma as lutas históricas desde a resistência contra a colonização, lideradas por Cuauhtémoc (México), Tupac Amaru (Peru), Gaitana (Colômbia) entre outros; as guerras de Independência: Simón Bolívar (América do Sul), José Martí (Caribe), Eloy Alfaro (Equador), Augusto Sandino (América Central), entre outros; e as Revoluções de caráter socialista: Fidel Castro (Cuba), Manuel Marulanda (Colômbia), Salvador Allende (Chile), entre outros. Conformando uma conjuntura política na região que tende a uma aliança maior com o processo dos BRICS, apesar da contradição dos governos progressistas entre poder político e poder real, como demonstra a experiência do Chile, historicamente com Allende e atualmente com Boric e sua Constituição. Esta realidade até certo ponto demonstra também as dificuldades destes governos, devido à forte reação de direita, para uma posição mais decisiva ao lado dos BRICS na disputa pela hegemonia mundial. A exceção de Cuba se deve à capacidade da Revolução se flexibilizar mantendo seus princípios socialistas por intermédio da resistência heroica de seu povo sob a liderança de Miguel Díaz-Canel e o Partido Comunista, continuando o legado de Fidel e Raul Castro. As recentes tentativas de desestabilização durante a pandemia de Covid-19 e os atentados da contrarrevolução imperialista contra o povo e governo cubanos não constroem a soberania de suas posições no cenário internacional ao lado dos BRICS.

3. O Brasil e a Nova Geopolítica Mundial

O Brasil, diante da cena histórica internacional, ocupa um papel singular devido a três contradições básicas. Em primeiro lugar, por sua posição protagonista na formação dos BRICS, bloco econômico que desde a adesão da África do Sul em 2011 é alvo da ação imperialista do G7, visível na guerra econômica e política contra a China, nas tentativas de desestabilização na Índia e África do Sul, e nos golpes de 2014 no Brasil e na Ucrânia, que continua atualmente na investida da OTAN contra a Rússia. Em segundo, por seu papel de liderança na América Latina com projeção sobre África e Oriente Médio,

concorrendo com os centros imperialistas, apesar do governo profascista de Bolsonaro tentar romper as relações políticas e econômicas do país. E em terceiro, devido à sua formação econômico-social, capitalista dependente ter chegado ao nível máximo de desenvolvimento, constituindo-se em sistema subimperialista. Em todos os casos, esta situação exige um novo reordenamento da hegemonia mundial para alterar seu status quo dentro da economia global, ou a ruptura com o modo de produção capitalista; logo, representa uma potencial ameaça ao atual sistema de hegemonia unipolar.

Esta situação *sine qua non* vivida pelo país encontra explicação plausível, por um lado, em sua importância geopolítica atual – geografia física, humana, econômica-tecnológica e social; por outro, nas características particulares do desenvolvimento histórico da formação econômica e social brasileira, que segue em linhas gerais a teoria formulada por Lênin sobre o desenvolvimento desigual e por saltos do capitalismo na fase imperialista (1985). Em termos geopolíticos, o Brasil se constituiu em local estratégico para Portugal a partir da campanha deste Império contra a Reforma religiosa das Monarquias Esclarecidas, que disputavam a hegemonia da Europa e o domínio colonial. Este processo se acentuou com a ascensão da Revolução Burguesa no Velho Continente, que obrigou a transferência da coroa portuguesa para a colônia brasileira, provocando sua mudança de *status* político para Vice-Reino e Reino, impulsionando seu primeiro surto de desenvolvimento econômico e social interno e desdobrando-se posteriormente nas forças sociais que proclamaram a Independência e constituíram o Império do Brasil. Este fato histórico se diferencia da luta pela emancipação nas demais colônias da América Hispânica e, relacionado à Proclamação da República, à Revolução de 1930 e ao Golpe de 1964, dá base à Tese da Via Prussiana de Vianna (2002) e às diversas interpretações relacionadas à concepção de Gramsci sobre a Revolução Pacífica.

O fenômeno do impulso exterior desencadear mudanças políticas, econômicas e sociais internas tornou-se uma característica determinante na relação entre metrópole e colônia e fundamento da Teoria dos Choques Adversos de Furtado (1979) ao explicar a passagem da escravidão ao trabalho assalariado – do modo de produção escravista híbrido ao capitalismo – em decorrência da proibição inglesa do tráfico negreiro, que desloca a massa de investimentos deste setor para a indústria e comércio internos. Esta formulação sob razão dualista, que dá base mais tarde à Tese de Tavares (1975) da Substituição de Importações ao capital financeiro, encontra na Teoria da Dependência de Marini (1976) e Santos (1978) sua superação sob a lógica dialética marxista da troca desigual e superexploração (superlucros) como aspecto diferencial que permite a acumulação interna mesmo nos períodos de reprodução simples do capital no país. Logo, apesar da transferência da mais-valia aos centros imperialistas, o desenvolvimento de certos setores econômicos e sociais não é impedido como um todo devido ao resíduo da acumulação, chegando ao ápice no subimperialismo. Este desenvolvimento permitido pelo imperialismo também é observado por Oliveira (1980) em sua obra *Economia da Dependência Imperfeita*, ao analisar o Milagre Econômico Brasileiro dos anos 1960-70, durante a ditadura militar, com base na massa de capital financeiro externa que conforma o tripé do modelo econômico do país: Estado, capital nacional e capital estrangeiro.

Mas, essas condições objetivas do capitalismo dependente no Brasil exigiram a formação da força de trabalho e organização subjetiva capazes de realizar as demandas vindas do exterior, cujas características e contradições marcam sua história desde a Colônia de Acumulação Primitiva de Capital até os dias atuais, como se infere do trabalho de Prado Jr (1970). Sodré (1980) destaca a transplantação de mão de obra da África, Europa e Oriente que se soma aos povos originários na conformação das forças humanas de trabalho e mando que edificam a sociedade brasileira. Darcy Ribeiro (1992, 1995) desenvolve a Teoria da Transfiguração Étnica como antropogênese do povo – sob a amálgama de etnias, raças e classes, como observou Ianni (1972) –, superando a subordinação formal às instituições de mando, vigilância e punição que garantem a produção e reprodução social. A rica profusão de culturas que se fundem na unidade nacional formal – linguística, religiosa, territorial e produtiva – exigida pelas classes dominantes e autoridades estabelecidas, manifesta-se dialeticamente em diversidade no submundo das idiossincrasias e na vida social submersa, que somente em momentos de crise vêm à tona em contestações sociais, historicamente sufocadas pelas forças da ordem. As noções de Homem Cordial de Holanda (2015) e Democracia Racial de Freyre (1966) são traços pálidos apropriados pela antropologia brasilianista para esgrimir conceitos limitados como Sincretismo Religioso, que refletem tão somente alguns aspectos da riqueza cultural e dos saberes e conhecimentos substantivos condensados nas classes subalternas, em sua arte de resistir à uniformidade cultural e ideológica imposta desde o domínio colonial.

Os resíduos do trabalho escravagista, da administração pública feudal e do mercantilismo capitalista se mesclam como caldo de cultura e se perpetuam no ideário restrito das classes de mando e na máscara ideológica das classes dominadas, ocultando sua diversidade. A cultura de domínio oligárquico corrompe e deforma as instituições de Estado e governo, acentua seu caráter golpista, ao invés de republicano; conservador, ao invés de liberal; e autocrático ao invés de democrático, como analisaram Vianna (2002) e Fernandes (1975). Durante todo o período do desenvolvimento capitalista brasileiro, tanto na Primeira quanto na Segunda República, esta herança se pronuncia em movimento pendular: submersa nas épocas de crescimento e “*pax social*”, ela emerge nas épocas de crise econômica, social e política, inclusive nos dias atuais. O aparelho estatal repressivo, desenvolvido e aperfeiçoado na repressão pedagógica às lutas emancipatórias – restritas a classes e etnias isoladas –, apesar de sua hipertrofia pública e privada, nos momentos de grande unidade das classes dominadas, demonstra sua impotência para conter por intermédio de genocídios, massacres e chacinas a explosão revolucionária das massas, como se observou no episódio de Canudos, na Guerra dos Farrapos e na marcha invicta da Coluna Prestes. Fenômeno que se repete desde as lutas contra as forças de repressão imperiais e privadas durante os episódios da Confederação dos Tamoios (1554-67), Guerra dos Tupinambás (1617-21), Quilombo dos Palmares (1630-95), Confederação dos Cariris (1683-1713) e a República dos Guaranis (1753-59).

As forças subjetivas de mando e trabalho – personificadas nas oligarquias burguesas e nas classes proletárias e camponesas e seu exército de reserva – caracterizam-se pela duplicidade de sua consciência social, que reclama uma identidade nacional para além da

moldura formal. Neste sentido, as classes dominantes comportam-se como força executiva das demandas externas, ancoradas no aparato estatal e repressivo; em contradição a uma consciência social nacionalista soberana, exigida pela subordinação real do trabalho ao capital da sociedade brasileira. Do mesmo modo, as classes dominadas continuam a exigir também uma consciência de classe nacional, com base na luta de resistência à exploração e opressão do capital, condensando sua rica heterogeneidade originária em Brasilidade (RIBEIRO, 1995). Este hiato na formação da consciência nacional das classes sociais permite a perpetuação do Poder Moderador herdado do domínio colonial, que exige uma força subjetiva interna capaz de levar a fim, ao meio e ao cabo as demandas externas; ontem da Metrópole Imperial, hoje da Metrópole Imperialista.

Dentre as instituições de Estado, o Exército Brasileiro – cuja tendência popular surge na Batalha dos Guararapes, em substituição ao Exército Imperial e às milícias privadas das oligarquias que declinam o combate aos holandeses – foi o aparato que historicamente herdou o papel de Poder Moderador constituído em 1824. Sua organização autônoma, incorporando forças públicas metropolitanas e milícias privadas ao constituir-se como Guarda Nacional e posteriormente Exército “Nacional”, no sentido historiado por Sodré (1968), ao contrário da Marinha que manteve a tradição imperial até a Revolta da Chibata em 1910 como afirma Prestes (1995), tornou-se protagonista das aspirações capitalistas e republicanas fundadas no positivismo. Fato demonstrado mais de uma vez nos episódios da recusa de seus oficiais à captura de escravos em 1888, da Proclamação da República em 1889, da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922 e da Revolução de 1930, entre outros; um processo contido pela vertente de inspiração imperial que seguia a Marinha e que cumpre o papel no esmagamento de rebeliões antes, durante e após a República, a exemplo da repressão à Cabanagem à Balaiada, o massacre do Caldeirão no Crato, a repressão ao Movimento Constitucionalista de 1932, ao Levante de 1935, aos movimentos sociais durante o Estado Novo, à luta armada e às organizações de classe durante a Ditadura Militar, assim como os massacres de movimentos contestatórios ao Golpe de 2016 que se tornaram política de Estado durante a intervenção militar no Rio de Janeiro, garantindo a chegada de Bolsonaro ao governo em 2018. Em linhas gerais, estas características decorrem, por um lado, de seu desenvolvimento como repositório das camadas médias e populares, que por meio desta organização chegam à ascensão social; por outro, da cultura oligárquica que corrompe e deforma a instituição.

Porém, o Estado brasileiro instituído nas três figuras de poder da república – executivo, legislativo e judiciário –, ao condensar o poder real da sociedade civil – as relações econômicas, sociais e políticas –, desdobra-se em poder de direito e poder de fato, contradição que se resolve pela luta entre e intra classes que perpassa todas as instituições. As Forças Armadas – cujo papel constitucional é o monopólio da violência para defesa do território, das instituições e da harmonia entre os poderes – quando invocadas a resolver esta contradição, agem segundo a correlação de forças estabelecida em sua organização entre as tendências que histórica e conjunturalmente dominam a sociedade brasileira; ou seja, entre as ideias conservadoras reacionárias herdadas do domínio oligárquico e as ideias progressistas e revolucionárias. Neste aspecto, as

concepções weberianas da burocracia estatal, da neutralidade axiológica e da vocação profissional, como se observa em Faoro (1984), resumem-se à escatologia que justifica a perversão do *common sense* ou consciência social corrompida pela herança cultural reacionária, conduzindo ao paroxismo a subordinação formal devido à falha do sistema na subordinação real do trabalho ao capital, especialmente nas crises cíclicas ou gerais da sociedade.

O histórico de intervenções militares no Brasil como força propulsora do Estado na economia nos períodos de crises gerais nacionais, sincrônicas ou assincrônicas às crises mundiais, adiantou-se ao processo na Europa. O capitalismo dependente exige a presença do Estado para socialização das perdas, como denominou Fausto (1985), para manter a Reprodução Simples do capital durante os períodos de crise nacional e a Reprodução Ampliada nos períodos de crise mundial, por intermédio da superexploração para auferir superlucros (MARINI, 1976). No Velho Continente, as crises gerais impulsionadas pela Lei da Acumulação na transição da livre concorrência ao monopólio, como formulou Lênin (1985), conduziram à partilha imperialista do mundo, seguindo as tendências antevistas no Manifesto Comunista por Marx e Engels (FLORENZANO, 1994), bem como sua correspondência sobre os desígnios históricos do exército para com a sociedade burguesa (1982). Mas, a importância do Estado na superação das crises cíclicas só encontra expressão teórica na economia política capitalista após a crise geral de 1929 e as duas Grandes Guerras Mundiais, na formulação macroeconômica de Keynes (1988), apoiado em Kalecki (1935), do planejamento dos investimentos estatais, controle monetário e pleno emprego; em síntese, a formação da demanda efetiva, como se observa na importância da indústria militar entre a I e II Guerra Mundial na Itália com o fascismo, na Alemanha com o nazismo, chegando ao pleno desenvolvimento no Complexo Industrial-Militar dos Estados Unidos, conformando-se o capitalismo monopolista de Estado no sentido inverso da planificação econômica da Revolução Russa, seguindo esta o Programa de Lenin (1980) que atribui às medidas de estatização das empresas capitalistas a base de transição para o socialismo, considerando a dinâmica dos ciclos desenvolvida por Marx em *O Capital* (1988).

A caricatura de Estado keynesiano que se desenvolve no Brasil como estrutura elementar do capitalismo dependente, visivelmente a partir da Revolução de 1930, encontra em sua gênese a presença da indústria militar na transição do Brasil a Império e posteriormente a República, a exemplo da indústria naval desdobrada do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro em 1808 (SODRÉ, 1968), que replica-se no Exército. Neste aspecto, o histórico de intervenções militares (mais internas do que externas) impulsiona a cadeia de relações econômicas e políticas ao desenvolvimento industrial e científico-técnico, segundo a correlação de forças que domina a instituição: seja sua tendência reacionária e conservadora, seja popular e progressista. É o que se observa no trabalho de Prestes sobre *A Coluna Prestes* (1995), ao analisar a luta tenentista como tendência desenvolvida pelos 'jovens turcos' (turma de jovens oficiais brasileiros que vão estudar na Alemanha) no início do século XX, cujo movimento é desencadeado em cinco de julho de 1922 no Rio de Janeiro e que, repetido no ano de 1924 em São

Paulo e no Rio Grande do Sul, conforma a Coluna Prestes, cuja marcha invicta durante três anos combate as forças oficiais da República Oligárquica, desdobrando-se em duas tendências com seu exílio na Bolívia: a que segue o Comandante Luís Carlos Prestes e dá origem à Aliança Nacional Libertadora, conduzindo o Levante de 1935; e a segunda, que toma parte na Revolução de 1930 e no Levante Constitucionalista de 1932. Em última análise, o movimento da Coluna Prestes desempenhou papel importante para a derrubada da Primeira República à medida que atrai as forças oficiais para combatê-la no interior, abrindo espaço nos centros metropolitanos para a conspiração que põe fim à hegemonia das oligarquias do Café com Leite (*idem*).

A ditadura do Estado Novo em 1937, que se sobrepõe em síntese ao Levante Integralista de 1932 e ao Levante Comunista de 1935, desenha os traços iniciais de um projeto de desenvolvimento nacional que se condensa e conflagra entre duas tendências que polarizam a luta de classes e o processo político nacional: o trabalhismo de Getúlio Vargas e a democracia conservadora da UDN, ambas desdobramentos do movimento tenentista com tons pálidos ou mais acentuados da herança de domínio oligárquico, diferenciando-se da tendência que acompanha Prestes e se passa às ideias do comunismo. Em termos econômicos, um período em que se desenvolve a indústria de base de caráter nacionalista relacionada estrategicamente à organização militar (Vargas) e, por outro lado, aos monopólios imperialistas (Kubitschek). Este processo de desenvolvimento desigual e por saltos chega ao impasse monopolista e ao subimperialismo com o Golpe Civil-Militar de 1964 e a ditadura que se segue por mais de 25 anos, momento em que as forças populares e democráticas que se amalgamam na oposição à ditadura voltam a polarizar a cena política sob nova roupagem, obrigando o governo militar a abrir canais institucionais que conduzem à transição por cima “lenta, gradual e segura” à democracia restrita. Neste sentido, o movimento da direita para a esquerda que se segue por decantação – Tancredo Neves, José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso – chega ao limite na eleição de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e seu projeto nacional de desenvolvimento relativamente autônomo, com base no progresso científico e técnico e nos acordos de cooperação econômica fora do eixo de dependência ao imperialismo norte-americano e europeu, principalmente no contrafluxo da conjuntura de crises gerais da economia mundial.

Neste contexto, a ausência da organização subjetiva da força de trabalho e do povo em geral, independente dos condutos institucionais, diferencia-se do Golpe de 1964 na medida em que naquela conjuntura as organizações sindicais, camponesas e de massas somavam-se à luta do Partido Comunista dirigido por Luís Carlos Prestes e impulsionavam a luta pelas Reformas de Base do governo João Goulart. A atual atrofia ideológica das organizações subjetivas de massas e sua subordinação à ordem institucional explicam-se pela hipertrofia do aparelho de repressão que ampliou seus três aparatos: o ideológico, que desde o Exército de Loyola moldou a cultura de sujeição e uniformização das classes dominadas aos desígnios das classes de mando, como afirmou Azevedo (1958), e passa a incluir os evangélicos, a comunicação de massas e os *think tanks* do pensamento neoliberal; o aparato jurídico, que normatiza e

determina a conduta repressiva dos donos do poder, como definiu Faoro; e o Exército Brasileiro, suas forças auxiliares públicas e privadas, oficiais e não oficiais, cuja missão de “ocupar, garantir e expandir o território” continua a ser definida com as variações históricas de estabelecer o povo como inimigo interno e de entreguismo – desde a exploração mineradora e a ocupação holandesa na Colônia, como historiou Sodré (1958), conduzidas ao paroxismo na ditadura militar de 1964, como afirmou Alves (1989). Este processo se sustentou na escatologia Geopolítica de Golbery (1967), que negocia o Brasil diante da Guerra Fria, e na doutrina de segurança nacional de combate à subversão pelo desenvolvimento, que ceifa as organizações subjetivas e revolucionárias e reabre os portos à massa de capitais estrangeiros e monopólios que dominam os setores dinâmicos da economia durante o “Milagre Brasileiro”. Objetivamente, o capitalismo dependente eleva-se a subimperialismo, ao invés de romper com as relações de produção que constroem as forças produtivas, como propugnava o Programa de Reformas de Base do governo João Goulart.

Contudo, o ciclo histórico aparenta repetir a contradição entre forças produtivas e relações de produção, sob novas circunstâncias das forças subjetivas do trabalho e do povo em geral condensadas no PT e aliados, exigindo a ruptura com o modelo associado de acumulação de capital que constrangeu o desenvolvimento econômico aos setores permitidos pelo imperialismo por quase 40 anos. É importante lembrar Oliveira (1980) quanto ao desvio estatizante da Ditadura a partir da crise energética, que abrevia seu comando direto do governo, passando-o aos civis. As alterações do modelo constrangedor realizadas nos governos social-democratas do PT despertaram as demandas de ruptura com a ordem unipolar do imperialismo. Os governos Lula e Dilma retomaram o papel ativo do Estado na economia, após sua redução ao mínimo nos dois governos neoliberais de Fernando Henrique, contiveram as privatizações e voltaram com os investimentos públicos em parceria com a iniciativa privada, reavivando as bases de um complexo de empresas estratégicas nos setores militar, de construção civil, agroindustrial e de agricultura doméstica, mineração, energético e de comunicação; ampliaram as capacidades científica e técnica, qualificando a mão de obra pela extensão do ensino básico, médio, superior técnico e profissionalizante, visando sua universalização.

Todas estas medidas conduziram o país ao crescimento econômico com geração de empregos e valorização real do salário mínimo, ampliando o consumo individual e produtivo nacional, no contra fluxo da Crise Orgânica do Capital, que faz declinar a economia global, especialmente nos países do G7 e da Europa, possibilitando ao bloco dos emergentes, especialmente dos BRICS, ocupar posições estratégicas na economia mundial. Isto explica a expansão das relações econômicas do Brasil no âmbito regional, no Oriente Médio, Europa e África, passando a um papel ativo na geopolítica regional e mundial, a exemplo da articulação do Mercosul, em seguida dos BRICS, UNASUL, CELAC, etc. A descoberta do Pré-Sal, a política de autossuficiência energética da Petrobras e o potencial das reservas de petróleo e gás, somadas à biodiversidade e à sua importância econômica, qualificaram o país na geopolítica de recursos a um protagonismo histórico diante do conflito emergente entre o G7 e BRICS, que se expressa atualmente.

O Golpe iniciado em 2013 contra o governo de Dilma Rousseff, conduzindo à sua deposição por meio do *impeachment* em 2016, dá lugar ao governo de traição de Michel Temer e à organização do retorno dos militares ao poder político sob a máscara mortuária da democracia. A formalidade eleitoral violada com a prisão de Lula, condicionando a eleição de Bolsonaro, macula o processo que conduz à vitória das forças políticas de apoio ao Golpe no âmbito do Congresso Nacional, Governos e Assembleias estaduais. A articulação política fraudulenta das oligarquias, que nas palavras de Jucá significava “um acordo com o Supremo e com tudo”, operou no sentido histórico da intervenção do Partido da Ordem e seus aparatos repressivos, ancorados no poder de fato: as Forças Armadas, cujo papel em toda a trama golpista transparece publicamente aos poucos, nas declarações do então Comandante do Exército Brasileiro General Eduardo Villas Bôas durante e contundentemente após o Golpe.

Mas, como afirmou Marx em sua obra *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* (1973), todos os fatos e personagens que se repetem na história se apresentam como tragédia e farsa. No Brasil, a Revolução de 1930 que conduziu as oligarquias burguesas ao comando do país, nas palavras de Fernandes, tratou-se de uma revolução inconclusa que volta em 1964, completando a transição do capitalismo dependente ao sistema de monopólio ou, como dizem Marini (op. cit.) e Bevilaqua (1996), ao subimperialismo. No entanto, as estratégias golpistas que retornam em 2016 não são apenas farsas, mas atos tragicômicos. As articulações lideradas pelo PSDB e MDB sob o espectro do Centrão apoiaram-se na ideia de retomar o vínculo de dependência econômica do país ao fluxo econômico norte-americano, tomando carona na estratégia democrata de Obama que – imaginavam – continuaria com a eleição de Hillary Clinton. Esta estratégia denominada *Ponte para o Futuro* (PMDB, 2015) constituiu-se em uma ponte para o atraso com a derrota de Clinton e a eleição de Trump nos EUA. O fracasso do governo de Temer e das forças protagonistas do Golpe conduziu o processo às mãos das forças de ultra direita representadas por Bolsonaro sob a máscara mortuária do torturador Ustra, exigindo que o poder de fato das oligarquias, os militares, assumisse o comando direto do governo por trás daquele. Entretanto, o tragicômico é que a estratégia de redirecionar a economia sob os moldes neoliberais da *Ponte para o Futuro* radicalizada por Guedes, também se tornou um retundo fracasso, tal qual o fracasso de Trump nos EUA. Neste particular, a Crise Orgânica do Capital que se apresenta na economia e na ciência no plano internacional através da pandemia de Covid-19, ceifando mais de 6,5 milhões de vidas em todo o planeta, principalmente nos EUA e Brasil (OMS, 2022), operou sua máxima conduzindo ao agravamento da economia global, elevando ao paroxismo a Lei Geral da Acumulação e a ameaça da Hecatombe nuclear, como se observa diante da Guerra da OTAN contra a Rússia.

4. Conclusão: o Processo Eleitoral no Brasil

As eleições que obedecem ao calendário formal de mudança dos atores políticos no governo em 2022 conclamam uma vez mais a sociedade civil, destacadamente os trabalhadores proletários e o povo pobre, às urnas eletrônicas para o ato de transferência

de poder político, no que se traduz democracia representativa segundo as convenções institucionais. Desta vez, o processo aparenta se desenvolver com paridade de forças entre as oligarquias golpistas com seu Partido da Ordem e a oposição social-democrata do PT em composição com as oligarquias e camadas médias dissidentes do golpe, apontada nas pesquisas de opinião como favorita, apesar de setores oligárquicos tentarem constituir uma terceira via com Simone Tebet, fazendeira representante do agronegócio apoiada pela Band através do MDB; e Ciro Gomes, que através do PDT divide o legado trabalhista e nacionalista de Brizola nas camadas médias.

Naturalmente, tal tendência eleitoral resulta das demandas internas e externas reprimidas ou mal gerenciadas durante os governos golpistas: do usurpador Temer, apoiado diretamente no PSDB, MDB e no Centrão; e o governo militar entreguista de Bolsonaro, apoiado no Partido da Ordem das oligarquias e seu núcleo duro Militar, Judiciário e Miliciano articulado aos setores ideológicos (carismáticos e pentecostais) e políticos (o Centrão). Neste sentido, o fracasso dos projetos neoliberais da *Ponte para o Futuro I* de Moreira Franco e *Ponte para o Futuro II*, a versão *à la Pinochet* de Paulo Guedes, explica, por um lado, o clamor pelas demandas reprimidas internas de caráter popular (emprego, moradia, ajuste salarial, saúde, educação, redução de preços, etc.) e até mesmo empresarial (negociação de dívidas, manutenção do consumo interno, redução de impostos, etc.), que foram agravadas com a gestão corrupta e catastrófica da pandemia de Covid-19 e impulsionam a rejeição ao governo militar de Bolsonaro. Neste particular, cabe enfatizar que o comando do Ministério da Saúde pelo General da ativa Eduardo Pazuello, após a renúncia de dois ministros, comprometeu as Forças Armadas com mais de 684 mil mortes e tantas outras vítimas de sequelas devido ao negacionismo, orientando todo o sistema de saúde ao tratamento precoce com o “kit Covid” (cloroquina e ivermectina), ignorando as recomendações científicas da Organização Mundial de Saúde (OMS) em relação a medidas sanitárias e vacinação em massa. Por outro lado, as demandas externas que se somam à pandemia, como a gestão corrupta e entreguista da Amazônia e do Pré-Sal, decorrentes da geopolítica de recursos e das estratégias de hegemonia que atualmente se expressam na guerra entre G7 e BRICS, e colocam uma saia justa no governo militar de Bolsonaro devido ao seu isolamento diplomático e à posição ideológica do Partido da Ordem.

Contudo, as forças da social-democracia e aliados que se apresentam como virtuais vencedoras do pleito eleitoral não significam uma ruptura com a ordem institucional, posto que atuam subsumidas à mesma. Em última análise, são o polo necessário ao equilíbrio do sistema com seus pesos e contrapesos, que no linguajar constitucional republicano estruturam formalmente o Estado de direito burguês. Neste sentido também são o polo que justifica, sempre que o domínio das oligarquias se sente ameaçado, a intervenção do núcleo duro do Partido da Ordem ou Poder Moderador – as Forças Armadas – para manter as convenções institucionais burguesas e o constrangimento ao desenvolvimento econômico, social e político do país, mesmo violando o Estado de direito como ocorreu durante o *Impeachment*, o governo de transição de Temer, as eleições de 2018 e no atual governo. Entretanto, isto não significa que a eleição da social democracia neste pleito de 2022 não possa contribuir ao desenvolvimento das

condições subjetivas para avançar a sociedade civil como um todo a uma conjuntura de ruptura com o sistema, e muito menos que os trabalhadores e o povo pobre não possam avançar em sua aliança estratégica e tática na construção de uma organização independente do sistema.

Não obstante, é mister considerar o *contradictio in adiecto* das violações constitucionais durante o processo de golpe que levou ao governo Bolsonaro e deste último, praticadas por todos os setores que participam do acordo golpista, mesmo os dissidentes. A eleição virtual da social-democracia (PT e aliados) ameaça punir e desarticular os golpistas encastelados nas instituições de Estado, governo e da sociedade civil através da derrubada dos decretos que garantem sigilo de 100 anos (ALESSI, 2021) sobre os desmandos do governo; personificados na família Bolsonaro (e seus 51 imóveis à vista), comandantes militares (e a compra de vacinas de Covid-19, cloroquina, próteses, viagra, etc.), pastores (Malafaia, Ribeiro, Santos, Moura, etc.), agentes do Judiciário (Dallagnol, Moro, Janot, etc), políticos em geral (o Centrão) e outros destacados representantes do empresariado (Hang, Barreira Filho, Peres, Kouri e demais membros no grupo do WhatsApp) e terra-tenentes do agronegócio (Ricardo Salles, Teresa Cristina, Antonio Galvan, etc). Isto significa também uma mudança na correlação de forças que poderia conduzir, através de uma Comissão da Verdade de verdade, a um país mais justo e transparente. Porém, diante desta possibilidade, o governo do Partido da Ordem, por seu caráter entreguista, repressor e corrupto com suas violações à ordem institucional e ao direito público, civil e humano, sabe que não ficará impune, o que o conduzirá a duas tendências: ou a negociação *a la* Temer e sua CGI para escapar dos holofotes da mídia e da justiça; ou passar do golpe institucional ao golpe militar de fato. Em última instância, existe uma síntese entre as duas tendências: a violação do processo eleitoral pela fraude das urnas sob o manto do exército, em rearticulação com todos os setores golpistas para reeleição do atual presidente e a impossibilidade de contestação da própria oposição devido à defesa impulsiva da inviolabilidade das urnas eletrônicas, condicionada à malandragem maniqueísta de Bolsonaro; ou a justificativa da fraude eleitoral para que a oposição não reconheça sua vitória, seguida de golpe militar.

Deste modo, o desfecho final desta cena política nacional, devido às condições históricas e atuais de dupla opressão à organização subjetiva dos trabalhadores e do povo em geral, exige uma força subjetiva revolucionária independente dos condutos institucionais para sua libertação política de fato do sistema de exploração e domínio das oligarquias burguesas; do contrário, sua luta sempre se consumará no pelourinho e aguilhão ideológico, na chibata ou sabre do suplício, martírio e massacres sanguinários que marcam toda sua história. Enquanto a sociedade civil se reduzir às organizações institucionais dominadas pelas oligarquias, a luta de classes limitar-se-á às soluções maniqueístas permitidas pelas mesmas, posto que a consciência social e de classes continuará cativa da condição de classe em si, mesmo que figuradamente imagine uma consciência de classe para si dentro da moldura das instituições. Isto pode ser observado nas organizações que caricaturam as ideias revolucionárias e conduzem toda sua luta política subsumida ao sistema eleitoral. É preciso, antes de tudo, resgatar as formas de trabalho organizativo interno e junto ao povo nos períodos de vida não institucional,

a exemplo do grande crescimento da organização subjetiva de massas e revolucionária dos trabalhadores sob a perseguição do Estado Novo, e no período de 1945 até 1954, não esquecendo “a herança a que devemos renunciar”, como diz Prestes (1995).

O Brasil saltou em pouco mais de 16 décadas do escravismo ao subimperialismo como desenvolvimento máximo do capitalismo dependente, diferente da Europa que chegou ao impasse imperialista em 16 séculos e mesmo após duas guerras mundiais não foi capaz de solucioná-lo. A Crise Orgânica do Capital, que veio à tona com o fim da globalização neoliberal e da ordem unipolar após a desestruturação do campo socialista e da ex-URSS, agravou-se em todos os sentidos, como demonstram a crise econômica mundial em proporções cada vez maiores; a crise na ciência, como se fez notar na pandemia de Covid-19; e a crise ambiental, que tem impulsionado guerras e golpes militares pelo controle de fontes de matérias-primas basilares às aplicações tecnológicas exigidas pela alta composição orgânica de capital nos centros imperialistas. O Brasil, devido à sua geografia física e humana, navega estas vagas turbulentas sem um projeto de desenvolvimento voltado para o povo, sofre de crises internas e externas que demandam um país livre, soberano e socialmente justo. Mas, para conquistar este objetivo, é necessário ir além do subimperialismo constrangedor e das primeiras experiências socialistas. Seu designo é a superação humana, retomando as bases fundamentais e exitosas do modo de produção socialista e conscientemente unir todos seus esforços para a edificação de um modo de produção superior para a humanidade.

5. Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e Vida Nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ALESSI, G. **Cem anos de proteção a Bolsonaro**. El País, São Paulo, 08 de agosto, 2021. Seção Brasil > Governo Bolsonaro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-08/cem-anos-de-protecao-a-bolsonaro.html>

ALMEIDA MELLO, L. I. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: Hucitec, Edusp, 1999.

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AZEVEDO, F. **A Cultura Brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BEVILAQUA, A.P. **Recender a Chama: Teses sobre a Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Inverta, 1996

_____. **A Crise do Capital em Marx e suas Implicações nos Paradigmas da Educação: contribuição ao repensar pedagógico no Século XXI**. Rio de Janeiro: Inverta; Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. **A Crise Orgânica do Capital: o valor, a ciência e a educação**. V.1. Rio de

Janeiro: Inverta; Fortaleza: Edições UFC, 2017.

BRUCKMANN, M. **Recursos Naturales y la Geopolítica de la Integración Sudamericana**. Instituto de Altos Estudios Nacionais. Quito: Editorial IAEN, 2012. Disponível em: <https://editorial.iaen.edu.ec/wp-content/uploads/sites/12/2016/06/Recursos-Naturales-y-la-geopolitica.pdf>

BRZEZINSKI, Z. **The Grand Chessboard**. New York: Basic Books, 1997.

CASTRO, F. **Discurso de Fidel Castro en Conferencia ONU sobre Medio Ambiente y Desarrollo, 1992**. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/opinion/1992/06/12/discurso-de-fidel-castro-en-conferencia-onu-sobre-medio-ambiente-y-desarrollo-1992>

CEPAL, Comissão Econômica da ONU para América Latina e Caribe. **Extreme Poverty in the Region Rises to 86 Million in 2021 due to the Deepening of the Social and Health Crisis Prompted by the COVID-19 Pandemic**. News > Press release. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/pressreleases/extreme-poverty-region-rises-86-million-2021-due-deepening-social-and-health-crisis>

COLUMBIA, U. Center on Poverty & Social Policy at. **Monthly Poverty Data**. Agosto, 2022. Disponível em: <https://www.povertycenter.columbia.edu/forecasting-monthly-poverty-data>

COUTO E SILVA, G. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: José Olympio, 1967.

EUROSTAT. Statistics Explained. **Living Conditions in Europe – poverty and social exclusion**. Outubro, 2021. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Living_conditions_in_Europe_-_poverty_and_social_exclusion

FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. 2 Vols. Porto Alegre: Globo, 1984.

FAUSTO, B. **O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. Tomo II, Vol. 1. São Paulo: Difel, 1985.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FLORENZANO, Z. **O Manifesto do Partido Comunista: Comentado**. Rio de Janeiro: Inverta, 1994.

FMI, Fundo Monetário Internacional. **WORLD ECONOMIC OUTLOOK (April, 2022)**. IMF DATA MAPPER: GDP based on PPP, share of the world (Percent of World). Abril, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/PPPSH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**. São Paulo: José Olympio, 1966.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

HARDT, M. & NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOBBS, T. **Leviatã: ou poder matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.
- HUB, Johns Hopkins. **Pandemic simulation exercise spotlights massive preparedness gap**. Hub > Health > Health Security. 06 Novembro, 2019. Disponível em: <https://hub.jhu.edu/2019/11/06/event-201-health-security/>
- IANNI, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1972.
- IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change. **Sixth Assessment Report: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. IPCC Working Group II. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf
- KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Económica**. In: Michael Kalecki, Piero Sraffa, Joan V. Robinson. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KEYNES, J.M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas)
- LENIN, V. I. As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução: Projecto de plataforma do partido proletário. In: **Obras Escolhidas em Três Tomos**. Vol. 02.. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, pp.21-48.
- _____. **El imperialismo: fase superior del capitalismo**. Tomo 27. Moscou: Progreso, 1985.
- LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o Governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MACPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARINI, R. M. **Dialéctica da Dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.
- MARX, K. **Obras Escolhidas**. Moscou: Progreso, 1973
- _____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 5 volumes (Os Economistas)
- _____. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)**: borrador 1857-1858. México, D.F.; Buenos Aires; Madri: Siglo XXI, 2009. 3 Vols.
- MARX, K. & ENGELS, F. **Marx & Engels Collected Works**. V. 40, pp.37-38. Londres: Lawrence & Wishart. 1983.
- MÉZSÁROS, I. **Para Além do Capital: Rumo a um teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- NOVOSTI, Ria. **Países BRICS datos y hechos**. Oriente Mídia. 09 de julho, 2015. Disponível em: <http://www.orientemidia.org/brics-em-numeros/>
- OLIVEIRA, F. **A Economia da Dependência Imperfeita**. 3a Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- OMS, Organização Mundial de Saúde. **WHO Coronavirus (COVID-19)**

- Dashboard.** WHO: 2022. Disponível em: <https://covid19.who.int/>
- PAPA, M. & LIU, P. P. **Can BRICS De-dollarize the Global Financial System?**. Cambridge Elements in the Economics of Emerging Markets. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/elements/can-brics-dedollarize-the-global-financial-system/OAEF98D2F232072409E9556620AE09B0>
- PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro. **Uma Ponte para o Futuro**. São Paulo: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>
- PRADO JR, C. **História Econômica do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Ed Brasiliense, 1970.
- PRESTES, A. L. **Uma Epopeia Brasileira: A Coluna Prestes**. São Paulo: Moderna, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **Las Américas y la Civilización: Proceso de formación y causas del desarrollo desigual de los pueblos americanos**. Havana: Casa de las Américas, 1992.
- _____. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, T. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1978.
- SIPRI, Stockholm International Peace Research Institute. **SIPRI Yearbook**. Capítulo 10 World Nuclear Forces. Oxford University Press: Solna, 2022a. Disponível em: <https://www.sipri.org/yearbook/2022/10>
- _____. **World military expenditure passes \$2 trillion for first time**. Seção: SIPRI for the media. Media > 2022b. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2022/world-military-expenditure-passes-2-trillion-first-time>
- _____. **Armaments, Disarmament and International Security: Summary**. Oxford University Press; SIPRI: Oxford; Solna, 2022c. Disponível em: https://sipri.org/sites/default/files/2022-06/yb22_summary_en_v2_0.pdf
- _____. **SIPRI Yearbook**. Capítulo 2 Global developments in armed conflict, peace processes and peace operations. Oxford University Press, SIPRI Press: Oxford, Solna, 2022d. Disponível em: <https://www.sipriyearbook.org/view/9780192883032/sipri-9780192883032-chapter-002.xml#>
- SODRÉ, N. W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. Modos de Produção no Brasil. In: LAPA, J.R.A (org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. p.133-156.
- VIANNA, L. W. **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:**

Ensaio sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

WEFORUM. World Economic Forum. **COVID-19: This is how many Americans now live below the poverty line.** Agenda Articles: United States. Setembro, 2021.

Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2021/09/poverty-america-united-states-covid-coronavirus-pandemic>

6. Figuras

Fig. 1: Porcentagem do PIB Mundial: BRICS vs G7. (FMI, 2022)
[Parágrafo 5]

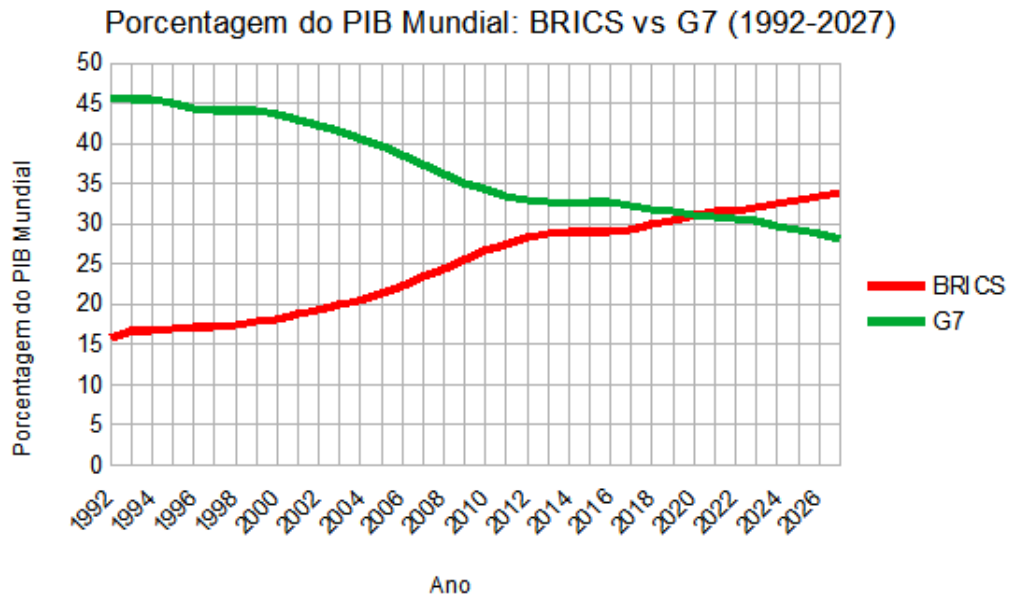


Fig. 2: Arsenal Mundial de Armas Nucleares (SIPRI, 2022a)
[Parágrafo 5]

Global nuclear weapon inventories, January 2022

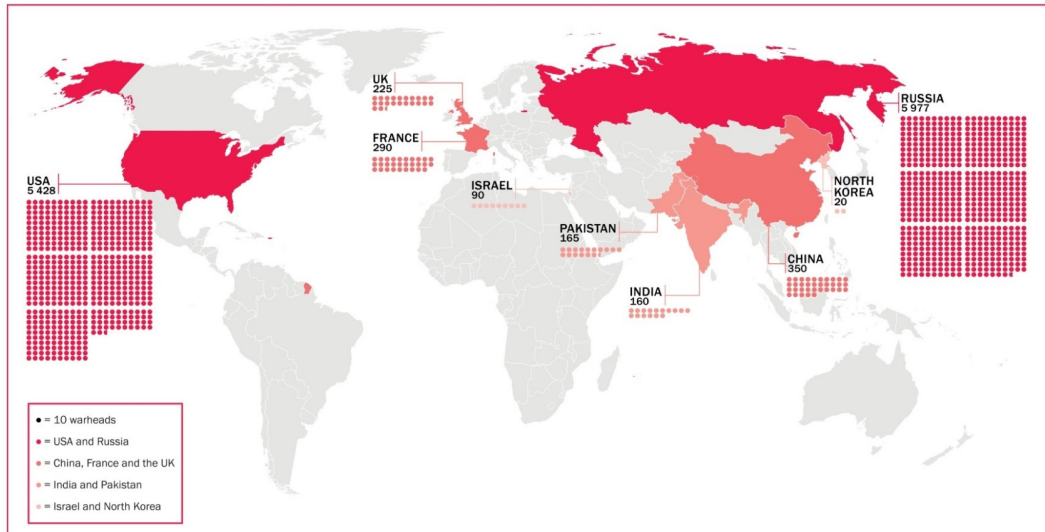


Fig.3: Domínio das tropas russas sobre território ucraniano - 15/09/2022
(REPORTERO, 2022)
[Parágrafo 6]

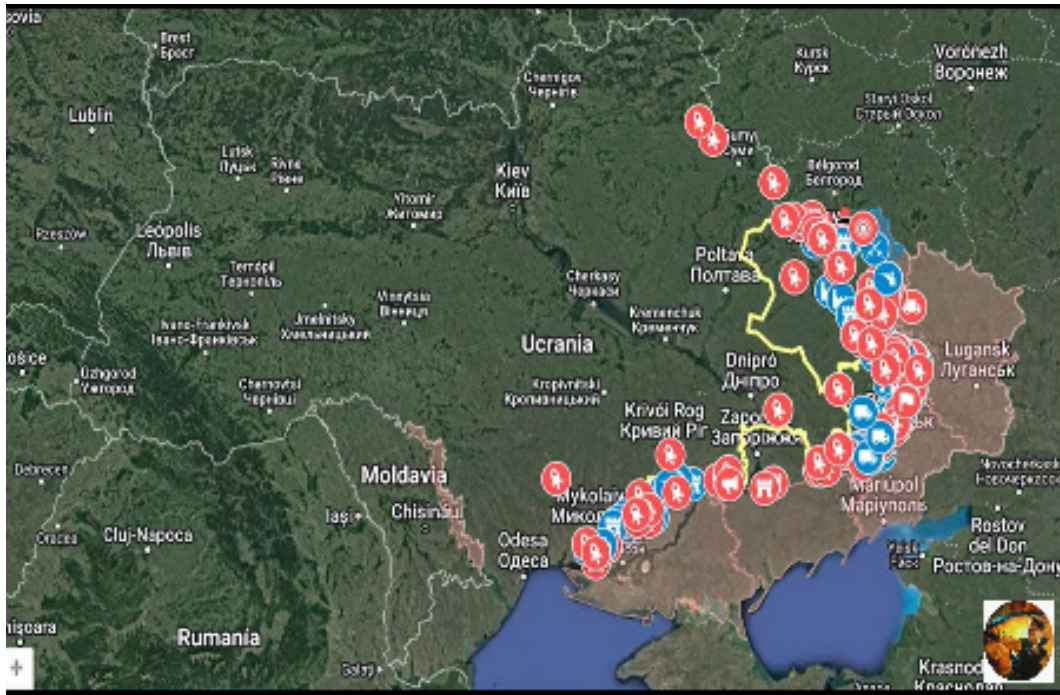


Fig.4: Os BRICS em números (NOVOSTI, 2015)
[Parágrafo7]

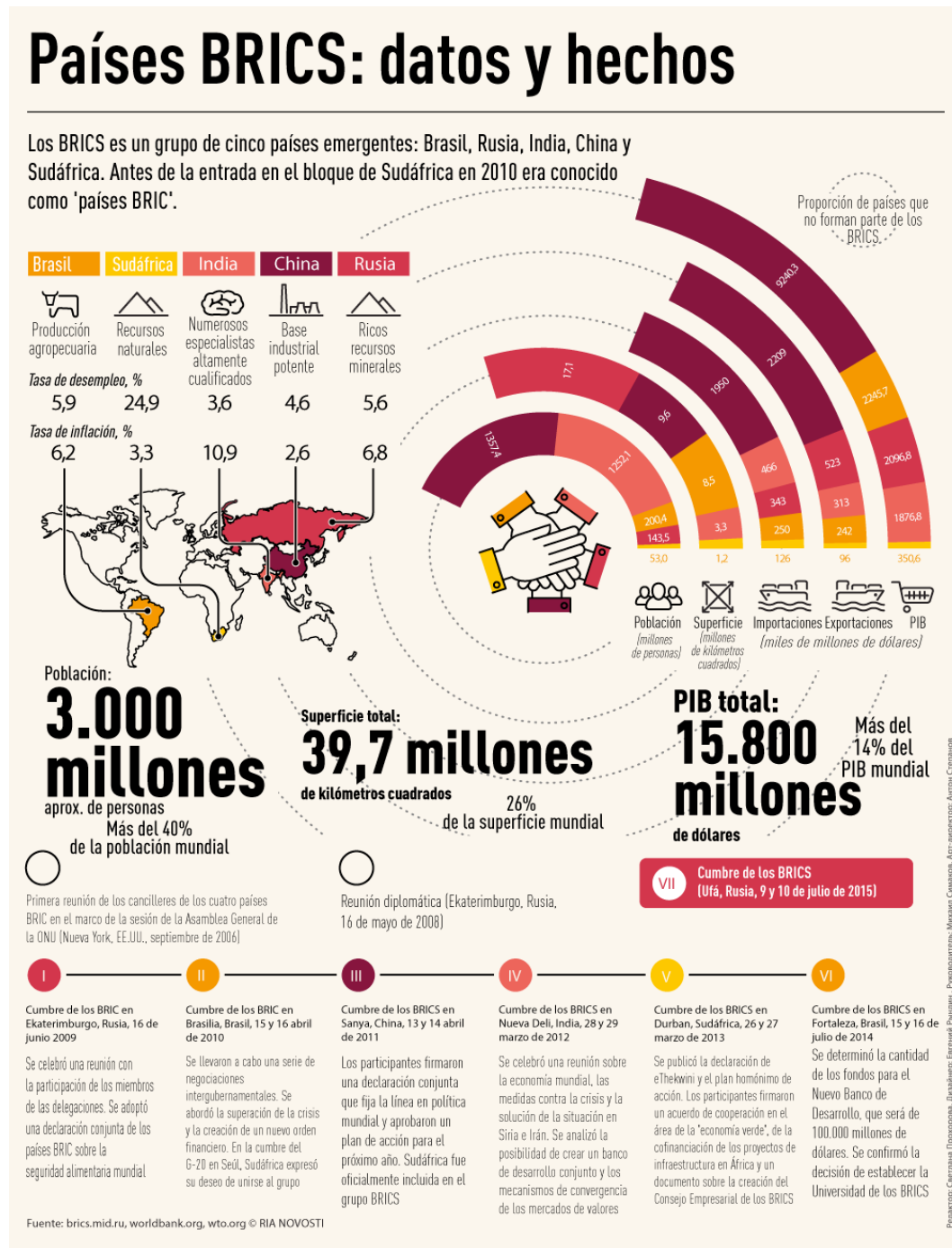


Fig.5: Desdolarização dos BRICS nos diferentes setores da economia (PAPA & LIU, 2022).
[Parágrafo7]

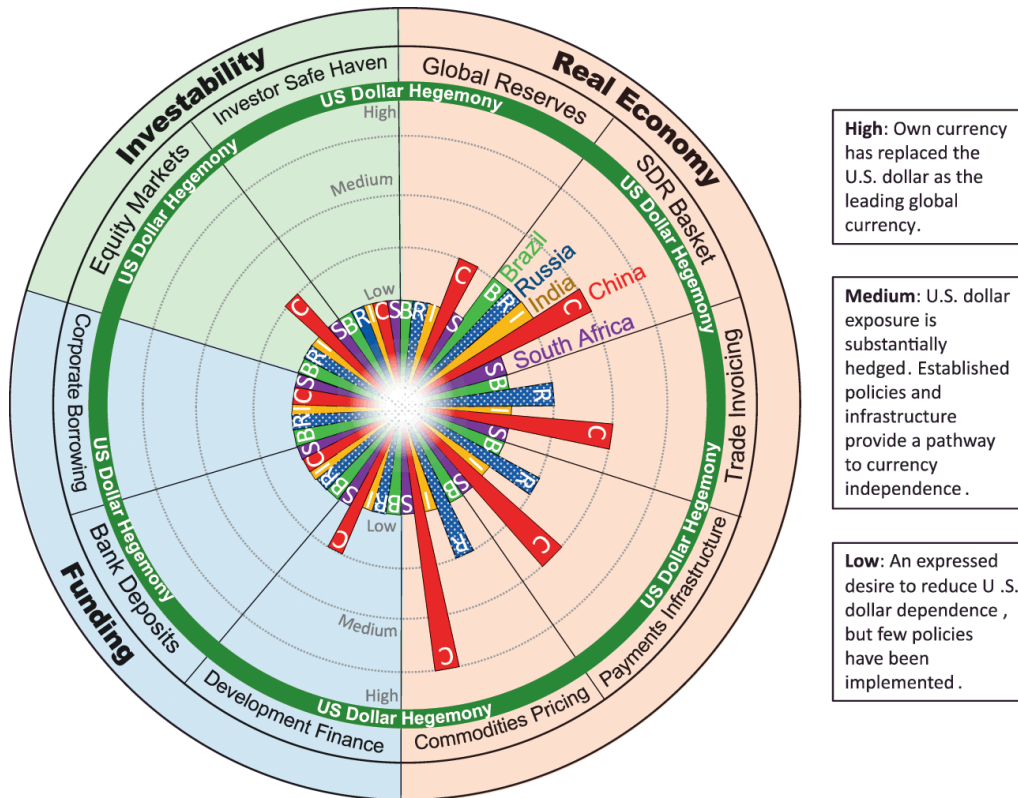


Fig.6: Os 15 países com maiores gastos militares (SIPRI, 2022b)
[Parágrafo 8]

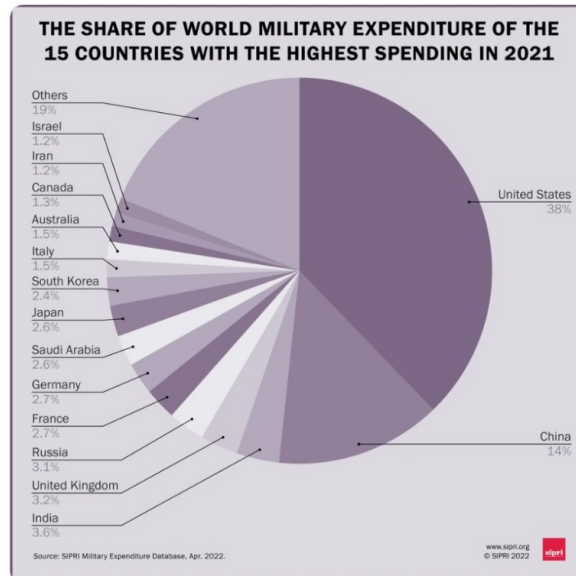


Fig.7: Operações de Paz Multilaterais (SIPRI, 2022d)
[Parágrafo 8]

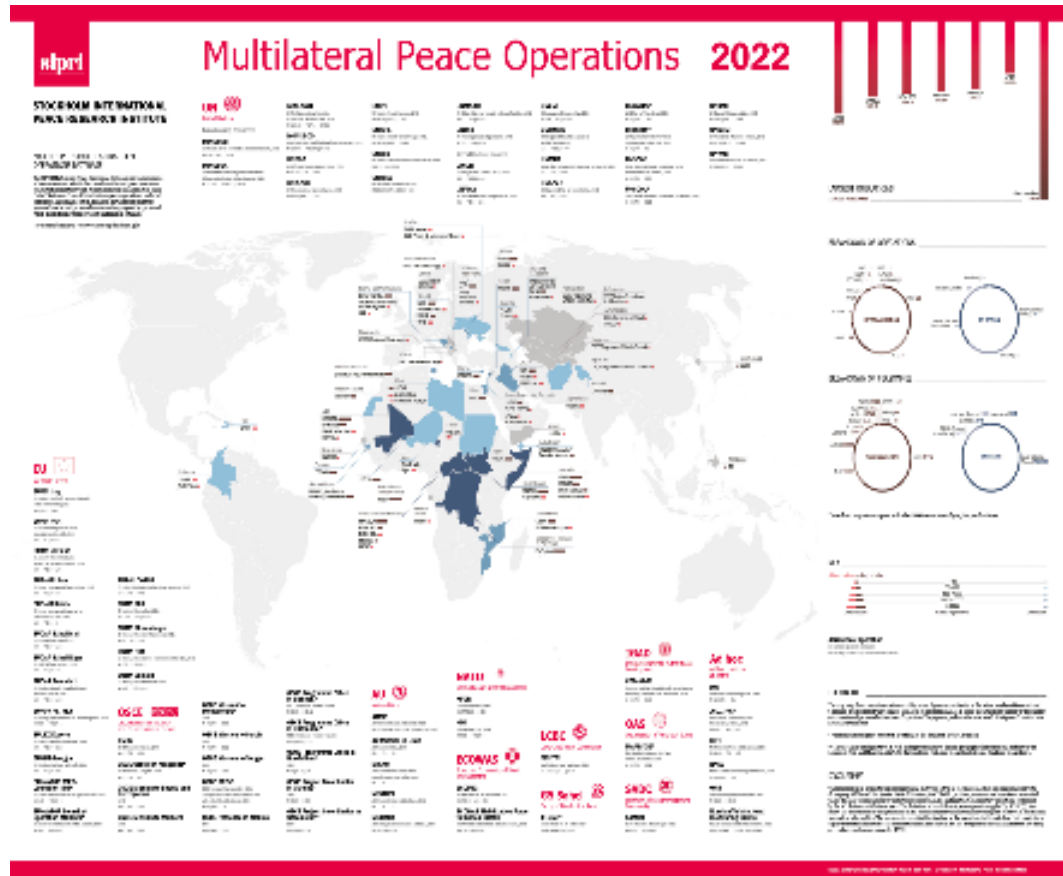
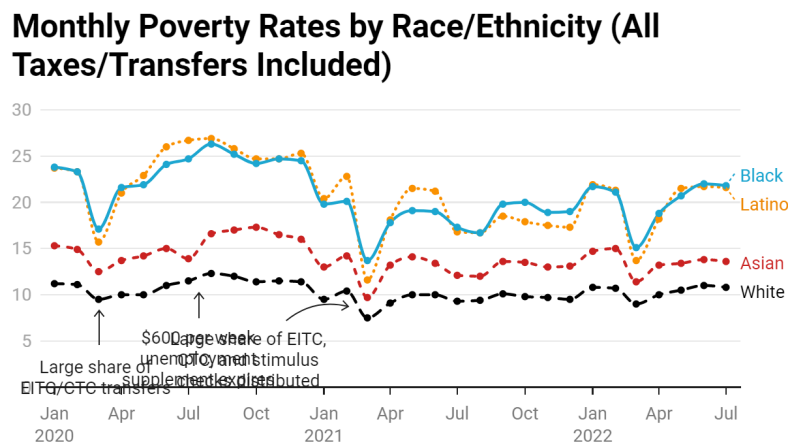


Fig.8: Índice mensal de pobreza nos EUA, por raça e etnia - 01/2020 a 07/2022 (COLUMBIA, 2022)
[Parágrafo 11]

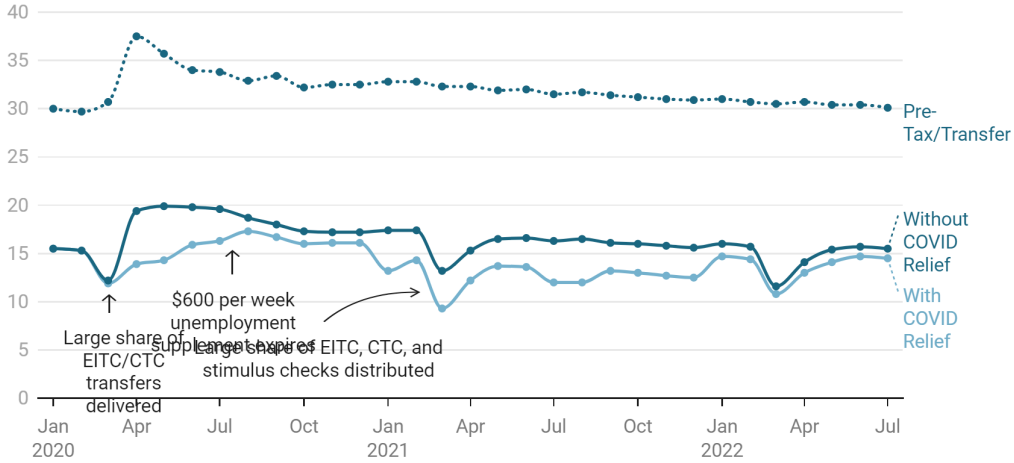


Based on methodology introduced in Parolin, Curran, Matsudaira, Waldfoegel, and Wimer (2020).

Source: Estimates from Center on Poverty & Social Policy at Columbia University • [Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

Fig.9: Índice mensal de pobreza nos EUA - jan, 2020 a jul, 2022 (COLUMBIA, 2022)
[Parágrafo 11]

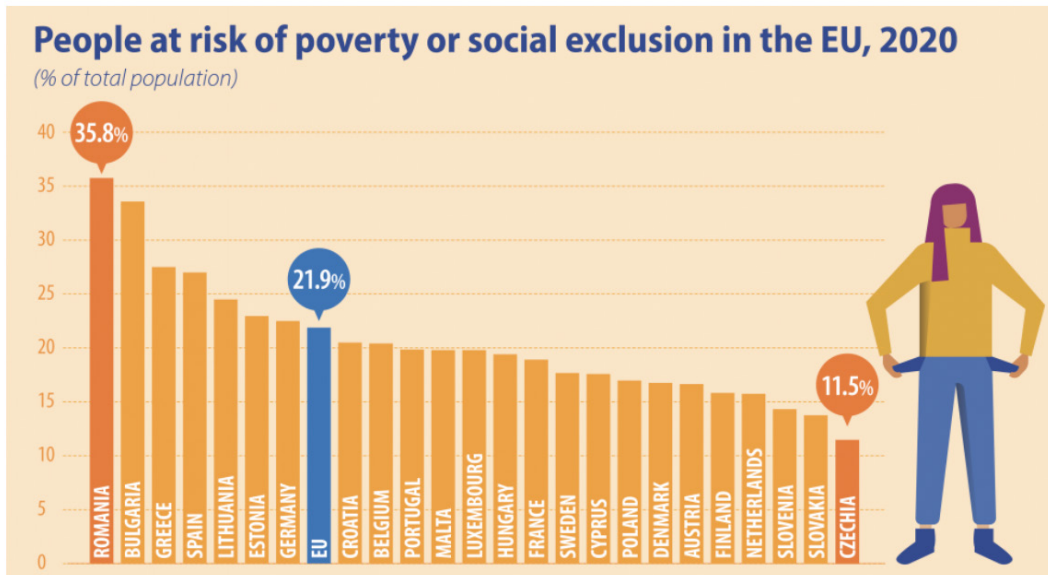
Monthly Poverty Rates, U.S.



Based on methodology introduced in Parolin, Curran, Matsudaira, Waldfoegel, and Wimer (2020).

Source: Estimates from Center on Poverty & Social Policy at Columbia University • [Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

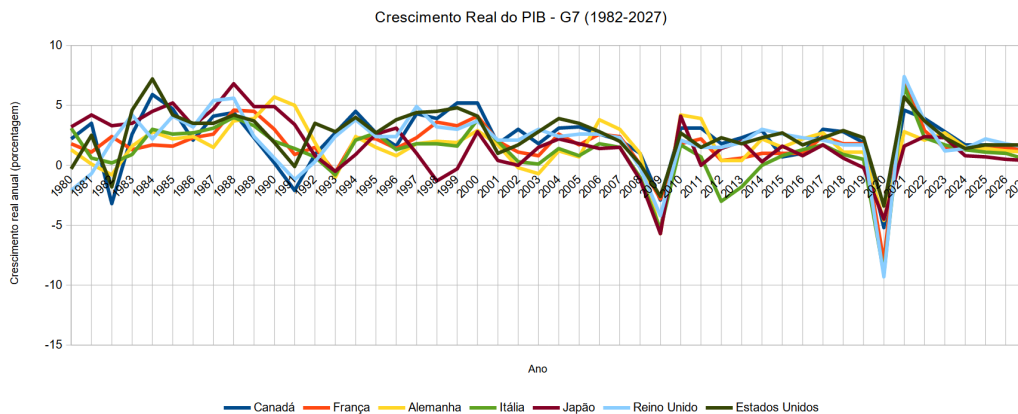
Fig.10: Porcentagem da população em risco de pobreza na União Europeia (EUROSTAT, 2021)
[Parágrafo 11]



Provisional values: France, Croatia, Netherlands, Poland, Slovakia
No data: Ireland, Italy, Latvia

ec.europa.eu/eurostat

Fig.11: Crescimento Real do PIB nos países do G7 entre 1980 e 2027
(elaboração própria com dados do FMI, 2022)
[Parágrafo 13]



Recebido em 20 de agosto de 2023 e publicado em 30 de outubro de 2023.